**07.dezembro.2016 – 12h00**

**RELATÓRIO DA AUDIÇÃO**

**Entidade:** **Secretária de Estado Adjunta da Educação –** Alexandra Leitão

**Recebidos por:** **Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação:** Deputados Susana Amador (PS, Coordenadora), Maria Germana Rocha (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Joana Mortágua (BE), Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Paula Santos (PCP, em substituição da Deputada Ana Virgínia Pereira).

Estiveram também presentes os Deputados Emília Santos (PSD), Porfírio Silva (PS) e Maria Augusta Santos (PS).

**Assunto:** Transferência de competências para os municípios na área da Educação.

**Exposição**: A Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação Grupo de Trabalho (GT), agradeceu a disponibilidade da Senhora Secretária de Estado Adjunta da Educação para a audição, fez o enquadramento da constituição do GT e indicou as atividades desenvolvidas na 1.ª Sessão e as previstas para a 2.ª.

A Senhora Secretária de Estado referiu que o Programa do atual Governo prevê a descentralização e indicou que o que existe hoje tem camadas sucessivas de legislação, de 1984, 1999, 2008/2009, 2013 e mais recentemente os contratos interadministrativos de delegação de competências, celebrados em 2015.

Indicou que inicialmente tinha havido uma transferência universal de atribuições, com os contratos de execução houve uma delegação de competências não universal e estabelecida por contrato e em 2015 houve negociações diferentes com os 15 Municípios envolvidos e posteriormente celebrados contratos diferenciados com os mesmos, nomeadamente, com inclusão do parque escolar e alguma parte pedagógica ou não.

Realçou que os contratos interadministrativos são uma experiência-piloto, não universal, tendo manifestado que não gosta da solução e que nuns casos está a correr muito bem e noutros muito mal. Reiterou que existe uma geometria muito variável nas soluções, com uma sobreposição por camadas, sem revogação das anteriores e considerou que isso não é bom, pelo que a clarificação será benéfica.

Em relação à descentralização de competências na educação, referiu que deve ter-se em conta o seguinte:

1. Não pode pôr em causa a garantia de integridade do serviço público, nomeadamente, não pôr em causa a autonomia das escolas, envolver uma pacificação dos meios e não incluir docentes e matérias pedagógicas;
2. Não pode pôr em causa a equidade territorial, devendo haver cuidado na definição da rede, na qual as Câmaras devem participar;
3. Deve ser dada preferência à decisão tomada a nível de proximidade/subsidiariedade;
4. O desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, a manutenção dos edifícios, a Ação Social Escolar, eventualmente o pessoal não docente e o fornecimento de bens e serviços podem ser feitos pelas autarquias;
5. Devem ficar de fora da descentralização a colocação de professores (que está interligada com a rede), a avaliação e toda a parte pedagógica.

Interveio depois a Deputada Maria Germana Rocha (PSD), referindo que o Senhor Ministro Adjunto, na audição do dia anterior, tinha manifestado uma posição depreciativa em relação aos contratos interadministrativos, mas os 14 Municípios com contrato, na resposta ao questionário que lhe tinha sido enviado, tinham transmitido uma posição favorável, embora com necessidade de ajustamentos, que tinha sido reiterada mais recentemente pelo Município de Matosinhos. Acrescentou que o projeto-piloto dos contratos interadministrativos envolve mais de 100.000 alunos e 5.000 turmas e tem uma apreciação favorável da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Perguntou depois à Senhora Secretária de Estado se iam alterar os ratios de pessoal não docente, qual a apreciação que fazia dos contratos interadministrativos, se entendia que a matriz de responsabilidades e os mecanismos de acompanhamento eram importantes e defendeu que os contratos permitem um ajustamento pontual em relação a cada Município.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) referiu que o aprofundamento do poder local e o desenvolvimento da escola pública são 2 histórias de sucesso e perguntou se havia avaliação dos vários modelos de descentralização que têm vindo a ser adotados e se o Ministério da Educação equacionava a transferência de competências diretamente para as escolas, para aumentar a sua autonomia e quais seriam transferidas, bem como se haveria igualmente transferências a nível regional.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o BE está preocupado com a municipalização dos serviços públicos, que pode representar desresponsabilização do Estado e diferença de tratamento das escolas ao longo do país, não respeitando a coesão do mesmo. Considerou ainda que foram transferidos para o Município poderes que não deviam ter sido transferidos e o Governo anterior previa a atribuição de incentivos à poupança de custos, situação que considerou inaceitável.

Manifestou depois preocupações com a definição da rede pelos Municípios, entendendo que a mesma devia manter-se no Ministério da Educação, o mesmo devendo acontecer com as matérias pedagógicas. Por último, manifestou reticências em relação à transferência de contratação de pessoal não docente.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que os contratos interadministrativos com os vários Municípios registam algumas diferenças entre si e perguntou se vai haver universalização e eventualmente contratos uniformizados, sem avaliação dos contratos em vigor e se a nova

solução terá a audição dos diretores das escolas, nomeadamente, quanto à matriz de responsabilidades e se as escolas terão de aceitar um regime de pessoal não docente igual para todas. Indicou depois que as escolas partilham com os Municípios a fixação e aplicação do projeto educativo.

Questionou ainda a eventualidade de mobilidade de pessoal docente entre escolas e de gestão das matrículas feitas pelas autarquias e manifestou concordância com o alargamento ao ensino secundário das competências dos Municípios no que respeita à manutenção de equipamentos, refeitórios, etc.

A Deputada Paula Santos (em representação do PCP) referiu que nos vários processos de transferência de competências tem havido sempre meios deficitários e defendeu que a educação é uma função social do Estado e não deve haver transferência de funções pedagógicas. Indicou depois que há muitas necessidades a nível dos equipamentos das escolas e questionou se há um levantamento do parque escolar do país.

Defendeu depois que têm de se resolver os ratios do pessoal não auxiliar, salientando que o recrutamento pelo Município e a prestação de serviço na escola geram dificuldades. Por último, perguntou como está a ser envolvida a comunidade escolar no processo em desenvolvimento.

Na sequência das perguntas feitas e das observações colocadas, a Senhora Secretária de Estado referiu que os contratos interadministrativos terminaram recentemente apenas um ano de execução e uns geram uma avaliação positiva, enquanto outros não. Indicou depois que há um deficiente diálogo na comunidade educativa e referiu que vai ser feita uma lei-quadro com uma transferência universal de competências, que pode ser flexibilizada por contratos e vai ser ouvida toda a comunidade educativa.

Mencionou que os diretores das escolas partilham poderes com os Municípios em relação ao projeto educativo e indicou que a mobilidade de pessoal entre escolas do mesmo Agrupamento é feita pelo diretor e fora do mesmo não é possível. Informou ainda que a matrícula dos alunos tem um sistema nacional, mas algumas autarquias fazem a gestão dentro do Município, devendo a situação ser pensada, tendo em vista uma gestão macro do sistema.

Defendeu que para a definição da rede é importante a participação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e de outras entidades, com uma partilha de poderes, sendo importante a flexibilização municipal, mas sem pôr em causa a equidade.

Indicou que os contratos interadministrativos são muito variáveis, pelo que é difícil fazer uma avaliação global dos mesmos e defendeu a descentralização mas não a desresponsabilização. Considerou também que o universo das escolas exige uma perspetiva macro e micro e que o Ministério da Educação está a fazer o levantamento do que existe a nível do parque escolar, pessoal não auxiliar, etc.

Referiu a transferência de verbas para as autarquias, mais o Fundo Municipal e defendeu que a descentralização não deve gerar diminuição da autonomia das escolas e gerar conflito nas mesmas, devendo ser um processo com adesão ao terreno, dialogado, com o Ministério da Educação, as autarquias e as escolas, com um regime legal claro, participado, com o envolvimento de todos os agentes educativos e com responsabilização de todas as partes.

A terminar, a Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, agradeceu as informações prestadas.

A gravação da audição está disponibilizada na página da Comissão, na *Internet*.

Palácio de São Bento, 07 de dezembro de 2016

A assessora
*Teresa Fernandes*